

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE CONCURSO

XXXVIII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO
FASE VESPERTINA

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Não identifique o cartão-resposta, exceto na parte inferior, na qual constam os campos destinados ao número de inscrição, nome, número de identidade e assinatura. Observe o formato do número da inscrição no exemplo: 389999 – há necessidade de anotar os seis algarismos.
2. Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
3. Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta ou na prova. A prova contém 200 questões.
4. Resolva primeiro a prova, reservando pelo menos 15 minutos, ao final, para preencher com atenção o cartão-resposta, sem qualquer rasura. **Esse cartão não pode ser amassado nem conter qualquer outra anotação, caso contrário as suas respostas não serão lidas.**
5. Todas as questões devem ser respondidas, e conter apenas uma resposta; caso não seja marcada resposta alguma, ou haja mais de uma resposta marcada, será atribuída a esta questão 0,50 (cinquenta centésimos) ponto negativo.
6. É vedado o uso de telefone celular nas dependências do local da prova, sob pena de desclassificação.
7. Não é permitida qualquer consulta, nem mesmo a textos legais.
8. É expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos ou com outras pessoas durante a prova. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
9. Ao término da prova, entregue aos fiscais o cartão resposta e o caderno de provas. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
10. Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha-rascunho para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
11. Somente será permitido que o candidato se retire da sala após 2 (duas) horas do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso.
12. Os três últimos candidatos que terminarem a prova deverão permanecer na sala até que seja lacrado o envelope dos cartões-resposta e a caixa de provas.
13. A duração da prova desta primeira fase do Processo Preambular Objetivo será de 4 (quatro) horas.
14. **NÃO ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE CONCURSO

XXXVIII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO
FASE VESPERTINA

**ANALISE CADA UM DOS ENUNCIADOS DAS QUESTÕES
ABAIXO E ASSINALE**

"VERDADEIRO" – (V) OU "FALSO" – (F)

**É PERMITIDO DEIXAR DE RESPONDER QUESTÕES,
DEVENDO, NESSE CASO, ANOTAR
"BRANCO" – (B)**

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

1 Abrir um estabelecimento é um caminho duro: começa com a dificuldade de achar
2 um espaço para o seu bar ou boate. Depois, você procura um engenheiro de
3 segurança para fazer a planta do local respeitando as normas de segurança – saída de
4 emergência, tratamento acústico à prova de fogo, extintores, portas corta-fogo etc.
5 Depois de alguns meses – quem sabe, anos – de obras, seu lugar está pronto, tinindo
6 de novo, e você, cheio de entusiasmo, dá entrada no pedido de alvará, já calculando a
7 data de inauguração da casa levando em conta que a prefeitura tem de 30 a 90 dias
8 para responder a seu pedido.
9 É aí que começa a *Via Crúcis*: vão-se os noventa dias, depois 120, depois 150, e
10 nada de a prefeitura responder. [...] Muitos empresários recorrem a liminares:
11 terminado o prazo de 90 dias, você entra com uma liminar na justiça, anexando
12 laudos de engenheiros para provar que cumpriu as normas de segurança. Muitas casas
13 funcionam assim. Outras, infelizmente, pagam fiscais para não serem fechadas. Mas
14 não são apenas os comércios particulares que estão ilegais: a grande maioria dos
15 prédios públicos de São Paulo também não tem alvará.

Revista Superinteressante, março/2013, Edição 316, p. 24

Com relação aos aspectos linguísticos do Texto 1, analise as questões de 1 a 12.

1ª QUESTÃO:

- () O uso do infinitivo impessoal “Abrir” (linha 1) é justificado por ele não estar se referindo a nenhum agente determinado.

2ª QUESTÃO:

- () Em “– quem sabe, anos –” (linha 5) os travessões foram empregados para substituir o emprego de vírgulas e indicar uma pausa enfática.

3ª QUESTÃO:

- () O uso do acento da crase em “à prova de fogo” (linha 4) justifica-se por ser uma locução prepositiva com núcleo no feminino.

4ª QUESTÃO:

- () Quando rege infinitivo, a preposição não deve se contrair com artigos, o que se justifica em “e nada de a prefeitura responder” (linhas 9 e 10).

5ª QUESTÃO:

- () Na estrutura “tem de 30 a 90 dias” (linha 7) as duas preposições não foram requisitadas pelo verbo, uma vez que ele não as exige, e foram usadas tão somente para estipular a relação de tempo.

6ª QUESTÃO:

- () Na oração “a grande maioria dos prédios públicos de São Paulo também não tem alvará” (linhas 14 e 15) se o verbo estivesse flexionado na terceira pessoa do plural, a oração estaria incorreta, visto que, de acordo com a determinação gramatical, nesse tipo de estrutura oracional a concordância só pode ser feita com o *termo maioria*.

7ª QUESTÃO:

- () No período “para provar que **cumprir** as normas de segurança” (linha 12) o verbo destacado, quanto à transitividade, é bitransitivo ou transitivo direto e indireto, por isso exige dois complementos: um sem preposição e o outro regido por ela.

8ª QUESTÃO:

- () O acento gráfico nas palavras “emergência” (linha 4), “empresários” (linha 10) e “prédios” (linha 15) é justificado pela mesma regra de acentuação gráfica.

9ª QUESTÃO:

- () A partícula *que* em “que a prefeitura tem de 30 a 90 dias” (linha 7) e “que cumpriu as normas de segurança” (linha 12) é morfologicamente conjunção integrante, em ambos os períodos, e introduz oração subordinada substantiva objetiva direta.

10ª QUESTÃO:

- () Seguindo-se as orientações gramaticais relativas à concordância nominal e os parâmetros de coerência, se a estrutura linguística “anexando laudos” (linhas 11 e 12) fosse substituída pela expressão *em anexos laudos* não haveria prejuízo de sentido e nem gramatical ao texto.

11ª QUESTÃO:

- () Na oração “cumpriu as normas de segurança” (linha 12) o emprego do acento grave da crase é facultativo, uma vez que o verbo antecedente exige um complemento com/ou sem preposição.

12ª QUESTÃO:

- () Diz-se que um texto tem coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, quando há concatenação entre eles. Assim “Depois” (linha 2), “Depois” (linha 5) e “depois” (linha 9) são exemplos de elementos articuladores no texto.

TEXTO 2

Debates servirão para reflexão sobre combate ao crime de lavagem de dinheiro, diz conselheiro.

1 O conselheiro Gilberto Valente Martins, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disse
2 que os debates travados no Seminário Nacional: Inovações e Desafios da Nova Lei
3 sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro devem levar o CNJ e o Conselho Nacional do
4 Ministério Público (CNMP) a novas reflexões, assim como as escolas de formação de
5 magistrados e procuradores. Para ele, ficou evidente a necessidade de aprimorar a
6 capacitação das autoridades para o combate ao crime de lavagem de dinheiro. O
7 seminário, promovido pelos dois conselhos, terminou no final da tarde de ontem
8 (12/3), com um debate entre o juiz Ricardo Rachid de Oliveira, do Paraná, e o
9 procurador da República Douglas Fischer.

10 De acordo com o juiz Ricardo Rachid, o sistema penal brasileiro “é um sistema falido”
11 e o Código Penal, de 1940, “é uma colcha de retalhos”. “Hoje temos um sistema com
12 penas leves para crimes graves e crimes não tão graves punidos com penas excessivas”,
13 afirmou. Ele citou como exemplo o crime de injúria por questão de raça, que é punido
14 com até três anos de prisão, enquanto a lesão corporal tem uma pena menor. Outro
15 exemplo é que a lesão corporal provocada por um acidente de automóvel ganhou mais
16 gravidade do que a lesão corporal dolosa. (...)

17 O juiz demonstrou preocupação também com o tratamento dado à lavagem de
18 dinheiro. Para Rachid, o crime não existe sem crime precedente, que gerou a riqueza
19 que precisa ser legalizada. Segundo ele, a legislação está retroagindo em detrimento dos
20 direitos individuais, o que, aparentemente, é inconstitucional. O procurador Douglas
21 Fischer concordou com as observações.

EUZÉBIO, Gilson Luiz; FREIRE, Tatiane. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/23903-debates-servirao-para-reflexao-diz-conselheiro>. Acessado em:
15/03/2013. Fragmento adaptado.

Com relação aos aspectos linguísticos do Texto 2, analise as questões de 13 a 19.

13ª QUESTÃO:

- () O sintagma “os debates travados no Seminário Nacional: Inovações e Desafios da Nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro” (linhas 2 e 3) deveria ter sido iniciado pela expressão *que foram*, pois da forma como está redigido gera ambiguidade.

14ª QUESTÃO:

- () A partícula *que* (linha 2) refere-se ou reporta-se à fala do conselheiro Gilberto Valente Martins.

15ª QUESTÃO:

- () O período a seguir é um período composto por duas orações coordenadas:

De acordo com o juiz Ricardo Rachid, o sistema penal brasileiro “é um sistema falido” e o Código Penal, de 1940, “é uma colcha de retalhos” (linhas 10 e 11).

16ª QUESTÃO:

- () No segmento “Para Rachid, o crime não existe sem crime precedente, que gerou a riqueza que precisa ser legalizada” (linhas 18 e 19) o vocábulo que ocorre duas vezes, e ambos têm a mesma função sintática.

17ª QUESTÃO:

- () Em “Ele citou como exemplo o crime de injúria por questão de raça, que é punido com até três anos de prisão, enquanto a lesão corporal tem uma pena menor” (linhas 13 e 14) o vocábulo até é uma preposição e o vocábulo enquanto é uma advérbio temporal.

18ª QUESTÃO:

- () Em relação ao período da questão anterior “Ele citou como exemplo o crime de injúria por questão de raça, que é punido com até três anos de prisão, enquanto a lesão corporal tem uma pena menor” (linhas 13 e 14) a expressão destacada pode ser substituída por visto que.

19ª QUESTÃO:

- () O vocábulo “também” (linha 17) é uma conjunção subordinativa inclusiva que inicia uma oração subordinada adverbial reduzida do infinitivo implícita.

20ª QUESTÃO:

- () Todos os vocábulos listados a seguir são considerados de dois gêneros, isto é, são masculinos e femininos, mas o gênero não é marcado por flexão.
estudante – dentista – aprendiz – colega – jornalista – caipira

21ª QUESTÃO:

- () A frase “Papa Francisco confirma viagem ao Brasil na missa de Domingo de Ramos”, extraída do site <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/03/francisco-anuncia-vinda-e-conclama-jovens-a-estar-no-rio-4084408.html>, em 24/03/2013, tem sentido ambíguo. Uma das alternativas para eliminar essa ambiguidade consiste em transformar o adjunto adverbial “na missa de Domingo de Ramos” em uma oração subordinada adverbial temporal.

22ª QUESTÃO:

- () A expressão **por que** deve ser usada quando a conjunção *por* se combina com um pronome interrogativo (**Por que** não te calas?) ou quando se combina com pronome relativo (Mesmo assim, ousou dizer *que* poucos conhecem as causas **por que** luto).

23ª QUESTÃO:

- () Em “Meu conhecimento se equipara à minha idade, logo, seria um desperdício deixar de compartilhá-lo por estar aposentado” não haveria prejuízo para a coerência textual e a correção gramatical se o período fosse assim reescrito: Meu conhecimento equiparasse à minha idade; seria, pois, um desperdício deixar de compartilhá-lo por estar aposentado. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p.10).

24ª QUESTÃO:

- () Em relação ao período anterior, o sinal gráfico de crase em “à minha idade” é obrigatório por estar enfatizando a idade ao conhecimento.

25ª QUESTÃO:

- () Em “**Não se deve exigir** do advogado qualquer tipo de procedimento para o exercício de um direito previsto legalmente”, no sintagma verbal destacado há um pronome proclítico, exigido pela palavra *não*. No entanto, por se tratar de uma locução verbal, o pronome oblíquo pode ser deslocado para depois do verbo principal ou ainda para o meio da locução verbal. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 11).

26ª QUESTÃO:

- () Em “Tampouco a doutrina e a jurisprudência trabalhista cuidam frequentemente da questão, posto que trata-se de um tema relativamente isolado e também em razão de não ser tão comum o fato de o profissional de nível singular postular diante da Justiça Especializada do Trabalho”, em relação à concordância nominal, se a palavra *trabalhista* for flexionada em número não há agressão às normas da língua escrita, porém pode haver alteração semântica. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 13).

27ª QUESTÃO:

- () Ainda em relação ao período anterior, há um desvio às normas gramaticais, em relação às orientações do padrão culto da língua escrita, quanto à sintaxe de colocação pronominal, o que não implica transgressão às regras gramaticais.

28ª QUESTÃO:

- () No período “Se não **bastantes** tais cautelas, é também preciso ter muita atenção com a forma por meio da qual se ajustará com o profissional o *hiring bônus* ou *sign-on bônus* na fase de negociação”, a palavra destacada apresenta um desvio às orientações do padrão culto da língua escrita em relação à concordância nominal, pois é uma palavra invariável, logo não admite qualquer tipo de flexão. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 13).

29ª QUESTÃO:

- () Em relação ao período acima, se a expressão *da qual* for suprimida não ocorrerá prejuízo da correção gramatical ou da coerência do período.

30ª QUESTÃO:

- () No período “O sucesso na liderança, o sucesso nos negócios e o sucesso na vida foram, são e continuarão a ser a capacidade de trabalhar e agir em conjunto com os outros”, os verbos estão flexionados, sequencialmente, no presente, pretérito imperfeito e futuro do presente do modo indicativo, sugerindo ideia de progressão. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 17).

31ª QUESTÃO:

- () No sintagma verbal “**Quando** a experiência é positiva, a propaganda boca a boca ajuda a vender cada vez mais o produto ou serviço”, se a conjunção destacada for substituída por *sempre que*, ainda assim fica estabelecida a relação de tempo contida na oração principal. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 21).

32ª QUESTÃO:

- () Em relação à expressão ‘boca a boca’, extraída do período anterior, embora constituída de palavras femininas, o sinal gráfico da crase é opcional de acordo com as normas da língua escrita padrão.

33ª QUESTÃO:

- () As vírgulas no período “caberá ao médico assistente, como profissional que acompanha o doente, elaborar relatórios e atestados de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo referido órgão”, poderão ser substituídas por travessões, sem que haja transgressões às recomendações do nível formal da língua escrita. (Extraído da Revista *Visão Jurídica*, número 82, p. 30).

34ª QUESTÃO:

- () Em relação ao uso dos porquês, o período abaixo está escrito de acordo com as normas gramaticais da língua escrita padrão.

*Devemos repensar nos objetivos **por que** lutamos por um longo tempo e buscaremos o **porquê** fracassamos; talvez seja **porque** não somos autossuficientes ou **por quê** o ser humano é falível.*

35ª QUESTÃO:

- () Em relação à ortografia, o período está de acordo com as normas gramaticais da língua escrita padrão.

O cessionário que praticava charlatanices, especialmente no que se referia a usucapião, excedeu-se com o seu intercessor.

Analise as questões de 36 a 38, segundo as normas do português padrão quanto à flexão verbal dos verbos indicados entre parênteses.

36ª QUESTÃO:

- () Os participantes do fórum abstiveram-se de votar, temendo que se mantivessem as críticas e os ânimos não se refizessem. (abster, manter e refazer).

37ª QUESTÃO:

- () Mesmo que os fatos interviessem a seu favor, ficara evidente que ela não previra as consequências que adviriam de seu impensado gesto. (intervir, prever e advir)

38ª QUESTÃO:

- () O responsável pelo processo requereu a dispensa da taxa concedida aos que reouveram, como nós, os bens que pleiteavam. (requerer, reaver e pleitear)

39ª QUESTÃO:

- () Em “Apesar do grande volume de processos já julgados, existem ainda cerca de 12 mil ações pendentes de decisão”, o verbo *existem* pode ser substituído, sem prejuízo quanto ao sentido e à correção gramatical, pela locução verbal *deve haver*.

40ª QUESTÃO:

- () No período a seguir, o pronome relativo *a qual* retoma o termo *última enchente*, concordando em gênero e número com o relativo.

Como membro da comissão responsável pela análise e distribuição dos recursos liberados pelo Ministério das Cidades para as vítimas da última enchente, gostaria de informá-los sobre a decisão, a qual julgo mais importante, resultante da reunião realizada nesta segunda-feira, dia 18/03.

41ª QUESTÃO:

- () Os períodos simples “O governador do Rio de Janeiro não considera a penúria fiscal dos demais estados” e “Nós lutamos contra a proposta do governador do Rio de Janeiro” podem ser combinados em um único período por meio do pronome relativo *cuja*, como em:

O governador do Rio de Janeiro, contra cuja proposta nós lutamos, não considera a penúria fiscal dos demais estados.

42ª QUESTÃO:

- () Considerando que o verbo “abraçar” é transitivo direto no sentido de “apertar com os braços”, o pronome oblíquo destacado está corretamente empregado na frase a seguir:

*Na visita ao Sumo Pontífice, a mandatária argentina apesar de muito **lhe** querer abraçar, conteve-se a tempo.*

43ª QUESTÃO:

- () A frase abaixo não está escrita de acordo com as normas gramaticais da língua-padrão. Para corrigi-la, basta colocar o verbo *será* e o adjetivo *feito* no plural.

Na tarde de 4ª. feira será feito os últimos ajustes nas câmeras e em outros pequenos itens que não ficaram adequados na última montagem.

44ª QUESTÃO:

- () Em “A sentença, já **a** escrevi várias vezes, mas ainda sinto-**me** confuso” os termos destacados, na morfossintaxe, são pronomes oblíquos e objeto direto.

45ª QUESTÃO:

- () Segundo as recomendações do nível formal da língua escrita, quanto à concordância verbal, quando houver a expressão *mais de um*, o verbo da oração deverá permanecer no singular, como exemplo, Mais de um criminalista, mais de um interventor, mais de um jornalista participou do debate sobre o dia internacional da mulher.

PROVA DE DIREITO

PROCESSO COLETIVO

46ª QUESTÃO:

- () A ação coletiva que tenha por objeto a imposição de obrigação de fazer, consistente na cobertura, por operadora de plano de saúde, de procedimentos obrigatórios previstos na Lei n. 9.656/98, aos consumidores participantes da respectiva carteira, consubstancia hipótese de tutela de direito individual homogêneo.

47ª QUESTÃO:

- () Na classificação dos direitos difusos, os conceitos de *transindividualidade* e *indeterminação* são sinônimos e expressam uma mesma realidade.

48ª QUESTÃO:

- () A instauração do inquérito civil é determinada pelas mesmas regras de competência firmadas na LACP (Lei n. 7.347/85) e no CDC (Lei n. 8.078/90) e a atribuição é do promotor que tem atribuição para propor a ação civil pública, de acordo com as normas internas do Ministério Público.

49ª QUESTÃO:

- () O modelo de tutela coletiva brasileiro recebeu, quanto à extensão da coisa julgada *secundum eventum litis* ou *probationis*, forte influência do modelo tradicional da Europa-Continental, por meio da *Verbandsklage* alemã.

50ª QUESTÃO:

- () A ação coletiva que tenha por objeto a condenação de empresa promotora de espetáculos em garantir o benefício da meia-entrada a estudantes, cuidará de direito individual homogêneo, se o pedido for de condenação genérica por perdas e danos, e de direito difuso, se a pretensão deduzida objetivar compelir a empresa a assegurar o cumprimento do benefício em relação às suas futuras promoções; nessas hipóteses, os pedidos poderão ser cumulados na mesma ação.

51ª QUESTÃO:

- () Nos direitos coletivos em sentido estrito, a "relação jurídica base" deve ser anterior à lesão motivadora da tutela judicial.

52ª QUESTÃO:

- () De acordo com o entendimento predominante na jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Ministério Público encontra-se legitimado à promoção do inquérito civil público e da respectiva ação coletiva quando se tratar de direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos, disponíveis ou não, desde que apresentem característica de interesse social.

53ª QUESTÃO:

- () Pelo princípio da *não-taxatividade* e da *máxima amplitude*, todos os direitos metaindividuais devem receber a adequada e efetiva tutela judicial, sendo admissível, para tanto, todas as espécies de ações existentes.

54ª QUESTÃO:

- () Pelo instituto do "transporte *in utilibus*" é permitido ao autor da ação individual utilizar-se da prova produzida na ação coletiva em seu benefício.

55ª QUESTÃO:

- () De acordo com o que tem sido caracterizado como *microsistema processual coletivo*, a sentença de improcedência, por insuficiência de prova, nos direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, produz coisa julgada formal, mas não material.

56ª QUESTÃO:

- () Na ação civil pública, a objeção do que se convencionou denominar entre nós de "reserva do possível", em relação à adjudicação de prestações materiais de direitos sociais, consubstancia ônus processual do destinatário da respectiva obrigação jusfundamental.

57ª QUESTÃO:

- () O Termo de Ajustamento de Conduta formalizado com o Ministério Público constitui título executivo extrajudicial e sua execução deve sempre observar o rito das execuções das obrigações de fazer e não fazer.

58ª QUESTÃO:

- () Somente podem formalizar Termo de Ajustamento de Conduta os órgãos públicos legitimados para a propositura da ação civil pública, mas a sua execução, uma vez constituído o título, pode ser realizada por outros órgãos legitimamente interessados, como os sindicatos e as associações, desde que tenham pertinência temática.

59ª QUESTÃO:

- () O Ministério Público poderá, nos autos do inquérito civil, expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, que terão eficácia de título executivo extrajudicial.

60ª QUESTÃO:

- () No inquérito civil, os ofícios requisitórios dos órgãos de primeiro grau devem ser dirigidos ao Governador do Estado por intermédio do Senhor Procurador-Geral de Justiça, ao qual não cabe a sua valoração, não podendo, por isso, deixar de encaminhá-los em qualquer hipótese à autoridade, sob pena de violação ao princípio da independência funcional.

61ª QUESTÃO:

- () Assim como na ação civil pública, o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada poderão beneficiar o impetrante a título individual se for requerida a suspensão de seu mandado de segurança, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

DIREITO AMBIENTAL

62ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei Complementar 140/2011, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

63ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei Complementar 140/2011, a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

64ª QUESTÃO:

- () Nos termos da Lei Complementar 140/2011, compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de

infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

65ª QUESTÃO:

- () Conforme a Lei 7.661/88, normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva.

66ª QUESTÃO:

- () A Lei Estadual 13.558/2005 determina a implantação obrigatória da educação ambiental como disciplina específica no currículo de ensino.

67ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 6.938/1981, entende-se por poluidor, a pessoa física, ou jurídica de direito privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

68ª QUESTÃO:

- () Nos termos da Lei 6.938/1981, a responsabilidade do poluidor por indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, é independente da existência de culpa.

69ª QUESTÃO:

- () Conforme a Lei 9.985/2000, a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

70ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei 9.985/2000, o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de um ano a partir da data de sua criação.

71ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 9.433/1997, os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por Município, por Estado e para o País.

72ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei 9.433/1997, constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização.

73ª QUESTÃO:

- () Conforme a Lei 11.428/2006, a vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica não perderão esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

74ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 11.428/2006, é vedada a supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica.

75ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

76ª QUESTÃO:

- () Conforme a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), nas áreas urbanas, a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental EIA.

77ª QUESTÃO:

- () Nos termos da Lei 6.766/1979, será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.

78ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 11.977/2009, os lotes destinados à construção de moradias no âmbito do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) não poderão ser objeto de rememoração, devendo tal proibição constar expressamente dos contratos celebrados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados a partir da celebração do contrato.

79ª QUESTÃO:

- () Nos termos da Lei 11.977/2009, o Município poderá, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

80ª QUESTÃO:

- () A Lei 11.105/2005 proíbe clonagem humana, engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano.

81ª QUESTÃO:

- () A Lei 11.445/2007 permite que a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água seja também alimentada por outras fontes.

82ª QUESTÃO:

- () Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, conforme a Lei 9.605/1998, a proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo comprovada impossibilidade.

83ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 9.605/1998, em caso de suspensão condicional do processo por crime ambiental, declara-se extinta a punibilidade do acusado ao final do prazo de suspensão do processo, independentemente da constatação de reparação do dano ambiental.

84ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei 12.651/2012, é de no mínimo 15 (quinze) metros a faixa marginal de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, em zonas rurais ou urbanas, considerada Área de Preservação Permanente.

85ª QUESTÃO:

- () Conforme a Lei 12.651/2012, as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas.

DEFESA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

86ª QUESTÃO:

- () A prestação de serviços públicos, a exemplo da fiscalização da ocupação de espaços urbanos, do transporte coletivo e do esgotamento sanitário, poderão ser prestados pelo Poder Público indiretamente, mediante concessão ou permissão, sempre através de licitação.

87ª QUESTÃO:

- () Enquanto interessados, os municípios são co-legitimados ao Ministério Público para propositura de ação civil por improbidade administrativa, demanda que pode resultar em sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual o agente seja sócio majoritário.

88ª QUESTÃO:

- () Os municípios não detêm competência suplementar para legislar sobre licitações e contratos.

89ª QUESTÃO:

- () Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, a contratação de serviços de publicidade institucional por uma sociedade de economia mista deve ser precedida de licitação.

90ª QUESTÃO:

- () As normas gerais sobre licitações, estabelecidas em lei federal, não dizem respeito às alienações no âmbito dos Poderes Públicos.

91ª QUESTÃO:

- () Sob pena de enquadramento do ordenador da despesa em tipificação de delito previsto na Lei n. 8.666/93 (conhecida como Lei de Licitações), no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços das unidades da Administração Pública, deverá ser obedecida, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades,

salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

92ª QUESTÃO:

- () A ação de improbidade (destinada à aplicação de sanções civis a agentes públicos, àqueles que induzirem, concorrem ou se beneficiarem de práticas ímprobas), diferentemente da ação popular (concebida para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público), pode servir de instrumento legal à busca de reparação ao erário lesado.

93ª QUESTÃO:

- () Serão punidos na forma da Lei n. 8.429/92 os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

94ª QUESTÃO:

- () Em tese, incorrerá em ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário o agente público que dispensar licitação, não sendo ela dispensável ou inexigível.

95ª QUESTÃO:

- () Acaso o Tribunal de Contas de Santa Catarina recomende à Câmara de Vereadores de algum município a rejeição das contas do prefeito, o competente promotor de Justiça com atribuições na defesa da moralidade administrativa, em recebendo as respectivas informações, deverá analisá-las, autuá-las em procedimento próprio, arquivá-las administrativamente e aguardar a deliberação do Legislativo Municipal a respeito, comunicando tal providência ao Conselho Superior do Ministério Público.

96ª QUESTÃO:

- () A Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) visa proporcionar equilíbrio nas contas públicas pelo cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, impondo limites e condições para a renúncia de receita e geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

97ª QUESTÃO:

- () Na linha do Decreto-Lei n. 201/67, o prefeito e vereadores sujeitam-se a responder por crimes de responsabilidade perante o Poder Judiciário, independentemente de pronunciamento da Câmara Legislativa competente e ainda que encerrados os exercícios de seus mandatos.

98ª QUESTÃO:

- () A extinção do mandato de um prefeito, observadas as hipóteses legais, sempre independerá de deliberação do plenário da Câmara de Vereadores e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo seu Presidente e sua inserção em ata.

99ª QUESTÃO:

- () Um cargo público cujas funções são de motorista, regra geral, somente poderá ser preenchido mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, salvo se para sua investidura for criado por lei competente um equivalente cargo em comissão.

100ª QUESTÃO:

- () A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos poderá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

101ª QUESTÃO:

- () Observados os princípios constitucionais da moralidade, legalidade e publicidade, os subsídios de Vereadores (cujos limites máximos, dependendo da população de cada município, ficam vinculados em percentuais variados aos subsídios dos Deputados Estaduais) devem ser fixados pelas respectivas Câmaras Municipais com a edição de competentes atos administrativos, em cada legislatura para a subsequente.

102ª QUESTÃO:

- () Tendo o Poder Público Municipal, por meio do direito de preempção, adquirido um imóvel para o exclusivo fim de criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, incorre em ato de improbidade administrativa o Prefeito que utilizá-lo com o objetivo de regularização fundiária.

103ª QUESTÃO:

- () O Supremo Tribunal Federal editou Súmula Vinculante (n. 13, atualmente vigente) que veda o nepotismo nos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, nada obstante tenha deixado de prever a proibição, especificamente, do chamado nepotismo cruzado, polêmico fenômeno que ocorre quando agentes públicos convencionam designações recíprocas para empregar nos órgãos públicos cônjuges, companheiros ou familiares uns dos outros.

104ª QUESTÃO:

- () Compete ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade atribuíveis ao Presidente da República, aos Ministros de Estado, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, ainda que simplesmente tentados, impor a pena de perda do cargo, com inabilitação para o exercício da função pública até cinco anos.

105ª QUESTÃO:

- () Caracteriza o crime de corrupção ativa (delito formal) a mera conduta de solicitação de vantagem indevida pelo servidor público, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, independentemente da efetiva percepção do benefício solicitado, sem prejuízo das cominações da Lei de Improbidade Administrativa.

106ª QUESTÃO:

- () Cometerá o crime de peculato o funcionário de empresa privada permissionária de serviço público, contratada por sociedade de economia mista para desempenhar atividade de manutenção de linhas de transmissão elétrica, ao desviar para si objetos de propriedade de sua empregadora, utilizados no seu trabalho.

107ª QUESTÃO:

- () Sujeita-se à imputação de ato de improbidade administrativa, potencialmente atentatório à igualdade de condições entre candidatos em pleito eleitoral, o agente público que determinar, *ex officio*, a transferência de policial civil ou agente prisional da circunscrição em que ocorrer a eleição, nos três meses que a antecederem ou até a posse dos eleitos.

108ª QUESTÃO:

- () Sem prejuízo de caracterização de ato de improbidade administrativa (previsto na Lei n. 8.429/92), a consumação do crime de concussão acontece com o recebimento da

vantagem indevida exigida pelo funcionário público, direta ou indiretamente, em razão de sua função, mesmo fora dela ou antes de assumi-la.

109ª QUESTÃO:

- () Incorre não só em prática de improbidade administrativa em tese, mas, ainda em tese, em crime contra a Administração Pública o servidor da Secretaria de Estado da Fazenda Estadual que, com senha autorizada para operar banco de dados, exclui dados corretos no Sistema de Administração Tributária simplesmente para gerar dano ao erário, sem o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.

DIREITO DO CONSUMIDOR

110ª QUESTÃO:

- () A inversão do ônus da prova é direito básico dos consumidores e pode ser exercido tanto nas ações individuais, quanto nas ações coletivas de que cuida a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

111ª QUESTÃO:

- () “Liquidação imprópria” é a modalidade de liquidação nas ações coletivas para a reparação de danos envolvendo direitos individuais homogêneos, quando procedente a sentença, caso em que deverão ser apurados a titularidade do crédito e o *quantum debeat*.

112ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei Estadual n. 15.779/12, no ato da contratação do fornecimento de bens ou da prestação de serviços, deve o consumidor ser informado, por escrito, sobre a definição de 3 (três) datas e turnos disponíveis para a entrega do produto ou a realização do serviço, cabendo ao fornecedor o direito de escolha entre as opções fornecidas.

113ª QUESTÃO:

- () De acordo com o entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça, ajuizada a ação coletiva atinente à macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais até que sobrevenha o julgamento da ação coletiva, desde que haja requerimento da parte autora nas ações individuais.

114ª QUESTÃO:

- () A sentença civil de procedência, nas ações coletivas para a proteção de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

115ª QUESTÃO:

- () Aplicam-se ao regime da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) as disposições do Título III (Da Defesa do Consumidor em Juízo) da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), subsidiariamente.

116ª QUESTÃO:

- () As ações coletivas para a proteção de interesses difusos ou coletivos *stricto sensu* não induzem litispendência em relação às ações individuais.

117ª QUESTÃO:

- () A tutela coletiva de direitos e interesses difusos dos consumidores pode ter por objeto a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), como, por exemplo, a cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.

118ª QUESTÃO:

- () A celebração de termo de compromisso de ajustamento de conduta, pelo Ministério Público, não impede que outro, mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.

119ª QUESTÃO:

- () É admitido o pedido de cancelamento de serviços, pelo consumidor, por todos os meios disponíveis para a sua contratação, mas os efeitos do cancelamento estão condicionados ao processamento técnico da solicitação

120ª QUESTÃO:

- () A ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público para compelir uma rede de supermercados com filiais em diversos municípios de Santa Catarina a expor o preço dos produtos por unidades de medida deve ser ajuizada na Comarca da Capital do Estado.

121ª QUESTÃO:

- () Nas ações coletivas para a reparação de danos envolvendo direitos individuais homogêneos a condenação será genérica e os valores liquidados não podem variar de um consumidor para outro.

122ª QUESTÃO:

- () Ainda que no conceito de serviço previsto no art. 3º, §2º do CDC esteja inserido o requisito de que seja prestado mediante remuneração para que seja considerado como relação de consumo, também devem ser considerados os serviços oferecidos por meio de remuneração indireta, partindo do pressuposto de que toda a atuação do fornecedor no mercado de consumo tem por objetivo a obtenção de vantagem econômica.

123ª QUESTÃO:

- () Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços e, salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de sete dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

124ª QUESTÃO:

- () O Código de Defesa do Consumidor estabelece que nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, terá descontada a vantagem econômica auferida com a fruição do bem, mas é vedado o desconto a título de prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

125ª QUESTÃO:

- () O fornecedor deverá comunicar imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários, sempre que tiver conhecimento da periculosidade que um produto ou serviço apresentem após a sua colocação no mercado e exime-se da responsabilidade por danos ocorridos após a adoção destas medidas.

126ª QUESTÃO:

- () O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, ainda que o defeito não necessariamente seja do produto, mas também da informação inadequada ou insuficiente que o acompanhe.

127ª QUESTÃO:

- () Caracterizando-se o dano como decorrente de relação de consumo, a ação de reparação de danos decorrente da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço possui prazo prescricional de 03 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e sua autoria.

128ª QUESTÃO:

- () Segundo o CDC, ainda que não sejam consideradas abusivas, com base os princípios da boa-fé e do equilíbrio e no reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, é possível a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, bem como assegura o direito à revisão das cláusulas em função de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

129ª QUESTÃO:

- () Para o CDC, é abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

130ª QUESTÃO:

- () O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

131ª QUESTÃO:

- () São vedadas as práticas comerciais consideradas abusivas pelo art. 39 do CDC e as práticas previstas no artigo podem ser tanto contratuais, como pré-contratuais e pós-contratuais.

132ª QUESTÃO:

- () Ainda que se trate de relação jurídica regulada por lei especial, considera-se relação de consumo e, nesta condição, também se submete ao CDC o contrato que tenha por objeto a locação de imóveis, no que concerne a relação entre locador e locatário.

133ª QUESTÃO:

- () Na responsabilidade pelo vício do produto há responsabilidade solidária entre os fornecedores, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas tanto do fabricante quanto do comerciante.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

134ª QUESTÃO:

- () É dever do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, mas, a garantia de prioridade de que fala o artigo 4º do ECA, não inclui a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

135ª QUESTÃO:

- () Os estabelecimentos de atendimento à saúde poderão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

136ª QUESTÃO:

- () O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetivos pessoais

137ª QUESTÃO:

- () A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do ECA.

138ª QUESTÃO:

- () A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, sendo admitida nas modalidades de guarda, tutela e adoção.

139ª QUESTÃO:

- () O critério fixador da competência da Vara da Infância e da Juventude, onde houver, é a idade do adotando ao tempo do pedido. Será competente o Juízo da Infância e da Juventude para os procedimentos de adoção de criança ou adolescente, se o adotando

contar com até dezoito anos de idade à data do pedido. Se o adotando ainda não atingiu vinte e um anos quando do pedido, mas se encontrava sob a guarda ou tutela do adotante antes de completar dezoito anos, prorroga-se a competência.

140ª QUESTÃO:

- () O direito a proteção à vida e à saúde, permitindo o crescimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança compreende a possibilidade de seu atendimento em qualquer hospital, quer da rede pública, quer da rede particular, às expensas do Estado.

141ª QUESTÃO:

- () A medida socioeducativa de internação não pode exceder a três meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

142ª QUESTÃO:

- () No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos no ECA, é correto se afirmar que não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

143ª QUESTÃO:

- () A internação de adolescente infrator, antes da sentença, pode ser determinada pelo Juiz uma vez demonstrada a necessidade imperiosa da medida, pelo prazo máximo de noventa dias.

144ª QUESTÃO:

- () No tocante a aplicação das medidas socioeducativas previstas pelo ECA, mais precisamente, no que diz respeito a prestação de serviços à comunidade, as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

145ª QUESTÃO:

- () A medida de internação pode ser aplicada ao adolescente infrator, entre outras hipóteses, quando este descumprir, reiterada e injustificadamente medida anteriormente imposta. Nesse caso específico, o prazo de internação não poderá ser superior a três meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

146ª QUESTÃO:

- () Ao exercer suas funções na seara da infância e da adolescência o Promotor de Justiça poderá requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais e estaduais, mas não poderá fazê-lo de autoridades federais, mesmo que situadas nos municípios que compõe a comarca em que atua, devendo, nesses casos, requisitá-los através do Procurador-Geral de Justiça.

147ª QUESTÃO:

- () O representante do Ministério Público será responsável, administrativamente, civil ou criminalmente, pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

148ª QUESTÃO:

- () O Promotor de Justiça pode impetrar *habeas corpus* perante os tribunais, sempre que a criança ou adolescente estiver sofrendo, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, mas seu acompanhamento deve ser feito pelos Procuradores de Justiça.

149ª QUESTÃO:

- () A intimação do membro do Ministério Público deve ser pessoal e realizada mediante a entrega dos autos para ciência de decisões, prova acrescida, audiências e outros atos processuais

150ª QUESTÃO:

- () Em caso de desistência da ação requerida por associação legitimada que visa resguardar interesse de criança ou adolescente, o Ministério Público não poderá assumir a titularidade ativa, cabendo-lhe intentar nova ação para o mesmo fim.

151ª QUESTÃO:

- () Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de dez dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para deliberação e exame. Deixando o referido Conselho de homologar a promoção de arquivamento, o Procurador-Geral de Justiça, que é o seu presidente, designará, então, um Procurador de Justiça para o ajuizamento da ação competente.

152ª QUESTÃO:

- () Nos procedimentos judiciais referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente será dispensada a outorga de mandato ao advogado do adolescente, quando se tratar de defensor nomeado ou, se constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

153ª QUESTÃO:

- () Os feitos afetos à justiça da infância e da juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, deverão seguir o sistema recursal próprio.

154ª QUESTÃO:

- () Para a candidatura de membro do Conselho Tutelar, será exigida reconhecida idoneidade moral, idade superior à vinte e um anos e residência no município, devendo o processo para a escolha ser estabelecido em lei municipal, realizado sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com fiscalização do Ministério Público e do Poder Judiciário.

155ª QUESTÃO:

- () A apelação será recebida em seu efeito devolutivo. Será também conferido efeito suspensivo, quando interposta contra sentença que deferir a adoção por estrangeiro e, a juízo da autoridade judiciária, sempre que houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

156ª QUESTÃO:

- () A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar os fatos aos portos, aeroportos, polícia rodoviária, companhias de transportes interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.

157ª QUESTÃO:

- () Em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a Defesa, será sempre de dez dias.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

158ª QUESTÃO:

- () O “direito à saúde”, consagrado na Constituição da República, enquanto “direito fundamental do ser humano” (Lei n. 8.080/90, art. 2º), pode incorporar tanto a forma de um *direito fundamental de liberdade* (v.g. direito à integridade física), como a de um *direito fundamental social* (v.g. direito a determinado tratamento medicamentoso).

159ª QUESTÃO:

- () Na estruturação do Sistema Único de Saúde, a *universalidade* é princípio basilar que confere a todos o direito de recorrer ao serviço ou sistema de saúde sem seletividade ou discriminações.

160ª QUESTÃO:

- () Os Conselhos Municipais de Saúde são órgãos colegiados do Sistema Único de Saúde, responsáveis pelo controle social das políticas públicas na respectiva esfera de governo e, por isso, na sua composição, deverá ser assegurada uma maior representação governamental em relação a dos usuários.

161ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei n. 10.216/2001, as internações psiquiátricas podem ser: voluntária, involuntária ou compulsória, sendo esta última por determinação judicial, quando o paciente pratica crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

162ª QUESTÃO:

- () As internações psiquiátricas involuntárias podem ser realizadas em regime de internação médica propriamente dita ou de tratamento ambulatorial.

163ª QUESTÃO:

- () De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação visando à internação compulsória de dependente químico maior e capaz.

164ª QUESTÃO:

- () A internação psiquiátrica involuntária e a respectiva alta deverão ser, no prazo de setenta e duas horas, comunicadas ao Ministério Público Estadual.

165ª QUESTÃO:

- () O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, dentre os quais a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e o direito a benefício assistencial no valor de 1 (um) salário mínimo, para aqueles que não dispõem de meios para prover a sua subsistência.

166ª QUESTÃO:

- () Todas as entidades de longa permanência ou casa-lar são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, sendo facultada a cobrança do idoso, no caso de entidades filantrópicas, de participação que não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou assistencial percebido pelo idoso.

167ª QUESTÃO:

- () Compete ao Ministério Público, segundo o Estatuto do Idoso: instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso; instaurar procedimentos administrativos e sindicâncias; inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento; promover a aplicação de medidas específicas de proteção.

168ª QUESTÃO:

- () As ações previstas no Estatuto do Idoso serão propostas no foro do domicílio do idoso, porém, a critério da família e no interesse do idoso, poderão ser ajuizadas no domicílio do seu representante legal.

169ª QUESTÃO:

- () Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

170ª QUESTÃO:

- () No Estado de Santa Catarina, a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais é assegurada às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e renda inferior a 02 (dois) salários mínimos, limitadas a 50% (cinquenta por cento) sobre o total dos assentos do veículo.

171ª QUESTÃO:

- () O rol das medidas de proteção previstas na Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) é meramente exemplificativo, as quais poderão ser requeridas pelo próprio idoso, regularmente representado em juízo, em benefício próprio.

172ª QUESTÃO:

- () As ações e serviços de saúde, no ordenamento jurídico brasileiro, devem ser prestados diretamente pelo Poder Público, ou, de forma complementar, pela iniciativa privada, não podendo ser objeto de Termo de Parceria ou Contrato de Gestão, com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organização Social (OS).

173ª QUESTÃO:

- () As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) deverão, quanto aos recursos e bens de origem pública, prestar contas ao Ministério da Justiça.

174ª QUESTÃO:

- () Havendo fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão é parte legítima para requerer a perda da qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ao órgão do Ministério Público local, que decidirá em procedimento administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

175ª QUESTÃO:

- () Ao considerar como de cobertura obrigatória todas as doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde, a Lei n. 9.656/98 (Lei dos Planos e Seguros de Saúde) proíbe a exclusão e/ou restrição de cobertura dos respectivos procedimentos diagnósticos e terapêuticos imprescindíveis para o seu êxito, com exceção daqueles previstos no art. 10 da referida lei.

176ª QUESTÃO:

- () Ainda de acordo com a Lei dos Planos e Seguros de Saúde, pode-se dizer que é ilegal o aumento por mudança de faixa etária, sem prévia e clara previsão no contrato inicial das faixas etárias e respectivos percentuais de reajuste, sendo absolutamente vedado, com a edição do Estatuto do Idoso, o aumento das mensalidades a partir de 60 (sessenta) anos, independentemente do tempo de vínculo contratual.

177ª QUESTÃO:

- () Nenhum dispositivo de lei ou contratual pode impedir, limitar ou criar obstáculos para o atendimento de urgência e emergência, sendo que o prazo máximo para a cobertura desses atendimentos, de acordo com a Lei dos Planos e Seguros de Saúde, é de 24 (vinte e quatro) horas.

178ª QUESTÃO:

- () É considerada pessoa portadora de necessidades especiais, de acordo com a Lei Estadual n. 12.870/2004, aquela que se enquadre nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental. Nesta última hipótese, inclusive aquela manifestada após os 18 (dezoito) anos, em decorrência de acidente do trabalho.

179ª QUESTÃO:

- () A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo, inclusive aqueles de propriedade das sociedades de economia mista, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

180ª QUESTÃO:

- () As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, poderão celebrar convênios e contratos com fundações de apoio de direito privado, sem fins lucrativos, cabendo ao Ministério Público realizar a sua fiscalização, podendo, inclusive, requerer a remoção de administradores, curadores e dirigentes, nos casos de gestão irregular.

181ª QUESTÃO:

- () As fundações de apoio de que trata a questão anterior, por se tratar de pessoas jurídicas de direito privado, não se encontram obrigadas à observância dos princípios gerais da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição da República, mas, apenas, aos princípios da legalidade, da economicidade e da eficiência.

DIREITO FALIMENTAR

182ª QUESTÃO:

- () Conforme dispõe a Lei 11.101/2005, a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as

ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

183ª QUESTÃO:

- () As empresas operadoras de plano de assistência à saúde podem apresentar plano de recuperação judicial a ser homologado pelo juízo competente, desde que preencham os requisitos previstos na Lei 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e falência.

184ª QUESTÃO:

- () A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

185ª QUESTÃO:

- () Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

186ª QUESTÃO:

- () Se a proposta orçamentária do Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

187ª QUESTÃO:

- () A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização de maioria absoluta do Congresso Nacional.

188ª QUESTÃO:

- () As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

189ª QUESTÃO:

- () Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, entre outras ações, rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

190ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei n. 8.625/93, no caso do Chefe do Poder Executivo não efetivar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos dez dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

191ª QUESTÃO:

- () Consoante a Lei n. 8.625/93, compete ao Colégio de Procuradores de Justiça julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público; condenatório em procedimento administrativo disciplinar; proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade; de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; e de recusa na indicação por antiguidade efetuada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

192ª QUESTÃO:

- () Em caso de extinção do órgão de execução, da Comarca ou mudança da sede da Promotoria de Justiça, será facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outra Promotoria de igual entrância ou categoria, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais e a contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

193ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei n. 8.625/93 é obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a um quarto dos cargos iniciais da carreira.

194ª QUESTÃO:

- () Segundo a Lei Complementar n. 75/93, o Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo, entre outras medidas, ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais e ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-meio policial.

195ª QUESTÃO:

- () O membro do Ministério Público da União detém prerrogativa de não ser indiciado em inquérito policial.

196ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei Complementar n. 75/93, o Vice-Procurador-Geral da República é membro nato do Conselho Superior do Ministério Público.

197ª QUESTÃO:

- () O Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina poderá designar até dois Procuradores de Justiça para as funções de Subprocurador-Geral de Justiça que, além de substituí-lo nas hipóteses legais, exercerão, por designação, outras atribuições na forma disciplinada em ato próprio por ele editado.

198ª QUESTÃO:

- () É atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público de Santa Catarina interpor recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça da decisão de vitaliciamento de Promotor de Justiça proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, quando houver opinado contrariamente ao vitaliciamento.

199ª QUESTÃO:

- () Os conflitos de atribuição deverão ser suscitados fundamentadamente e serão decididos pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

200ª QUESTÃO:

- () De acordo com a Lei Estadual Complementar n. 197/2000, no concurso de remoção, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá indicar candidatos que tenham completado dois anos de exercício na respectiva comarca.

XXXVIII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

FOLHA-RASCUNHO PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO
(única que pode ser destacada e levada)

PROVA PREAMBULAR - VESPERTINA

1		41		81		121		161	
2		42		82		122		162	
3		43		83		123		163	
4		44		84		124		164	
5		45		85		125		165	
6		46		86		126		166	
7		47		87		127		167	
8		48		88		128		168	
9		49		89		129		169	
10		50		90		130		170	
11		51		91		131		171	
12		52		92		132		172	
13		53		93		133		173	
14		54		94		134		174	
15		55		95		135		175	
16		56		96		136		176	
17		57		97		137		177	
18		58		98		138		178	
19		59		99		139		179	
20		60		100		140		180	
21		61		101		141		181	
22		62		102		142		182	
23		63		103		143		183	
24		64		104		144		184	
25		65		105		145		185	
26		66		106		146		186	
27		67		107		147		187	
28		68		108		148		188	
29		69		109		149		189	
30		70		110		150		190	
31		71		111		151		191	
32		72		112		152		192	
33		73		113		153		193	
34		74		114		154		194	
35		75		115		155		195	
36		76		116		156		196	
37		77		117		157		197	
38		78		118		158		198	
39		79		119		159		199	
40		80		120		160		200	